

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.438 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2002

CAS estuda ampliação do atendimento a acidentados

Projeto que possibilita atendimento de trabalhador acidentado na rede privada de saúde, nas localidades onde o SUS não conta com unidades próprias, está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

Patrimônio cultural das estatais deve ser preservado

O Plenário do Senado discute amanhã projeto que determina o tombamento do patrimônio cultural das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

Idade mínima para o ensino fundamental pode mudar

A idade mínima para ingresso no ensino fundamental deve ser reduzida de 7 para 6 anos de idade. Proposta nesse sentido está na pauta da Comissão de Educação, que deve reunir-se amanhã.

Comissão analisa plebiscito sobre negociações para ingresso na Alca

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul discute amanhã proposta de convocação de plebiscito sobre suspensão de negociações para ingresso do Brasil na Alca.

PÁGINA 4

Comissão inicia exame das propostas contra violência

As 245 propostas que tratam da segurança pública, em tramitação no Legislativo, começam a ser analisadas esta semana por comissão especial, cujos integrantes foram designados na sexta-feira pelo presidente do Congresso, Ramez Tebet. Amanhã, a comissão realiza a primeira reunião.

PÁGINA 3



Parlamentares ouvem a leitura da mensagem do presidente da República (foto acima). Pouco depois, Tebet afirma que o Congresso "está cômico de suas responsabilidades"

Cabral, Viana e Tuma prevêm semestre produtivo

Tião Viana afirma que matérias sobre segurança pública dominarão a atenção do Congresso neste semestre. Romeu Tuma diz que não é por falta de lei que o Brasil perde a guerra contra a violência. Bernardo Cabral acredita na aprovação da reforma do Judiciário.

PÁGINA 4

Congresso está à altura dos anseios populares, afirma Ramez Tebet

"O Congresso está cômico de suas responsabilidades e tem dado demonstrações disso", afirmou o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Ramez Tebet, ao abrir os trabalhos legislativos de 2002. Ele observou que o Legislativo não vai faltar com seus deveres e irá corresponder aos anseios populares, votando matérias de sua competência com a rapidez e responsabilidade que o momento exigir. Estiveram presentes à solenidade o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, o ministro do Supremo Tribunal Federal Ilmar Galvão e parlamentares das duas Casas legislativas.

PÁGINA 2

Congresso inicia trabalhos de 2002, Tebet garante rapidez nas votações

Mensagem do presidente da República lida na cerimônia de abertura das atividades conclama o Legislativo a buscar soluções para os principais problemas do país

O presidente do Congresso Nacional, senador Ramez Tebet, abriu na sexta-feira os trabalhos legislativos de 2002, de acordo com o que determina a Constituição. Na solenidade, estavam presentes o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, o ministro do Supremo Tribunal Federal Ilmar Galvão e parlamentares das duas Casas legislativas.

Além da salva de tiros de canhões, da execução do Hino Nacional e da saudação à Bandeira Nacional, que marcaram a cerimônia de instalação das atividades do Legislativo, foi feita a leitura da mensagem presidencial. Este ano, o documento foi entregue ao Senado pelo ministro interino da Casa Civil da Presidência da República, Silvano Geani. A mensagem foi lida em 50 minutos pelo primeiro-se-



Ramez Tebet chega ao Congresso Nacional para presidir a cerimônia de instalação dos trabalhos da sessão legislativa

cretário da Mesa do Congresso, deputado Severino Cavalcanti.

O presidente Fernando Henrique Cardoso conclamou o Congresso a buscar soluções para os

principais problemas do país. O senador Ramez Tebet, por sua vez, garantiu, em discurso após a leitura da mensagem do Executivo, que o Congresso está atento e irá

colaborar nas soluções das atuais dificuldades nacionais.

RESPONSABILIDADE

Ramez Tebet afirmou que o Legislativo irá corresponder aos anseios populares, votando matérias com rapidez e responsabilidade.

— O Congresso está cômico de suas responsabilidades — enfatizou Tebet, citando o fato de o Legislativo ter se autoconvocado no final do ano passado para votar o Orçamento da União, e a reunião dos líderes partidários, durante o período do recesso, para debater as providências necessárias ao combate à violência.

Tebet disse que o Legislativo se esforçará para concluir a votação da reforma do Judiciário. Também as reformas tributária e política podem avançar significativamente este ano, ressaltou.

Fernando Henrique elogia atuação parlamentar

Na mensagem dirigida aos parlamentares e lida na sexta-feira na abertura dos trabalhos da 4ª e última sessão legislativa da 51ª Legislatura, o presidente Fernando Henrique Cardoso se disse impressionado com o alto desempenho do Congresso Nacional na discussão e na aprovação de medidas fundamentais às reformas que têm sido empreendidas pelo governo. Na mensagem, o governo faz um balanço do que considerou conquistas econômicas, sociais e políticas da atual administração.

Ao final da solenidade, o ministro Arthur Virgílio, da Secretaria Geral da Presidência da República, mostrou-se otimista com a possibilidade de aprovação da medida que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “Se não

for até 2004, como quer o governo, que seja então conforme a vontade do relator (deputado Antônio Delfim Netto, do PPB de São Paulo), para até dezembro de 2003”, afirmou.

Fernando Henrique afirma que “a paralisia é uma doença gravíssima para a democracia. A confiança no Brasil cresceu porque, acima de tudo, nós temos provado aos próprios brasileiros e ao mundo que a nossa democracia está vacinada contra essa doença. O atestado disso está nos Anais do Congresso Nacional: na intensidade e qualidade dos debates; na densidade de participação de todos os partidos, correntes de opinião e grupos da sociedade; e, como resultado final, na impressionante produção legislativa desta Casa”.

Destacou que, de 1995 até agora, foram promulgadas pelo Congresso 31 emendas à Constituição e aprovadas cerca de 600 leis complementares e ordinárias, além dos créditos orçamentários.

SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo vigente hoje no Brasil é o mais alto dos últimos 40 anos, atingindo esse patamar após um reajuste de 27% sobre os níveis praticados no início da década de 90, segundo informa a mensagem presidencial. De 1995 a 2000 a remuneração média do servidor civil ativo do Executivo federal passou de R\$ 1.665 para R\$ 2.566, registrando aumento de 54%. O presidente também destaca que a utilização de hidrovias e de ferrovias permitiu que o custo do transporte de grãos no país fosse reduzido em 40%, sendo ain-



Mensagem de Fernando Henrique destaca conquistas da administração federal

da de 50% o nível de redução dos custos portuários.

Por meio de 12 programas de transferência direta de renda executados pelo governo federal, em 2002 estarão sendo beneficiados 31 milhões de pessoas, com um total de R\$ 30 bilhões.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa ordinária

PREVISÃO

PLENÁRIO

Amanhã
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 115/01, denomina “Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado” o aeroporto localizado na cidade de Ilhéus (BA); emenda da Câmara ao PLS nº 221/96, determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização; PDL nº 97/01, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Itapoã (ACC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivinhema (MS); PDL nº 224/01, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais (SP); Requerimento nº 740/01, solicita a retirada, em caráter definitivo, da Emenda nº 1-Plen, oferecida ao PLC nº 99/01; e Requerimento nº 769/01, solicita, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da CCJ sobre o PLC nº 24/01, cujo prazo já se encontra esgotado.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 57/01, dispõe sobre o financiamento para reparo e reforma de máquinas e equipamentos agrícolas; PDL nº 378/01, aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Liberdade Comunitária FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taubaté (SP); Requerimento nº 260/00, solicita o sobrestamento do estudo do PLS nº 166/99, a fim de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PL nº 2.057/91 (Estatuto das Sociedades Indígenas); e Requerimento nº 727/01, solicita nos termos regimentais que, sobre o PLS nº 5/00, seja ouvida também a CAE.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 712/01, solicita a tramitação conjunta das PECs nºs 18 e 26, de 2001, por versarem sobre matéria correlata.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa ordinária

COMISSÕES

Amanhã
11h30 — Comissão de Educação
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h30 — Comissão Conjunta do Mercosul
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Formada comissão para estudar combate à violência

Caberá aos 19 senadores e 19 deputados levantar e diagnosticar as causas e efeitos da criminalidade no país e consolidar as propostas em tramitação no Congresso Nacional. Trabalhos serão iniciados amanhã

Em sessão do Congresso Nacional, foi designada na sexta-feira a comissão mista especial destinada a levantar e diagnosticar, em 60 dias, as causas e efeitos da violência no país. A comissão viajará pelo país, ouvindo governadores de estados, secretários de Segurança Pública, comandantes das polícias Civil e Militar, diretores de presídios e especialistas em segurança.

Conduzindo a sessão, o presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que essa comissão disporá de cópias de todas as proposições em tramitação nas Casas do Congresso, com vistas a consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição ou um único projeto de lei, conforme o caso, objetivando uma tramitação ágil da matéria tanto na Câmara como no Senado.

Tebet informou que, no recesso, requisitou ao presidente da Câmara, Aécio Neves, a remessa dos avulsos de todas as proposições sobre o assunto em tramitação naquela Casa. E providenciou, por intermédio da Secretaria Geral e da Consultoria Legislativa do Senado, o levantamento das matérias que estão tramitando na Casa. “Assim, informo a todos que já se encontram publicadas em avulsos as relações das propostas concernentes ao assunto, sem prejuízo de outras proposições que pos-



Ramez Tebet anunciou nomes já indicados e informou que trabalhos da comissão começarão amanhã

sam vir a ser agregadas ou apresentadas”, acrescentou.

O presidente do Senado ainda anunciou que o prazo dessa comissão se encerrará no dia 16 de abril. E, tendo em mãos as indicações das lideranças, listou os nomes que comporão a comissão mista, deixando de informar apenas os seis nomes a que tem direito o PMDB no Senado, visto que o líder Renan Calheiros (AL) só fará essas indicações hoje.

Senadores integrantes da comissão

Titulares	Suplentes
PFL	
Romeu Tuma	Bello Parga
Edison Lobão	Mozarildo Cavalcanti
Bernardo Cabral	Lindberg Cury
Moreira Mendes	José Coelho
Bloco PSDB-PPB	
Geraldo Melo	Teotônio Vilela Filho
Artur da Távola	Freitas Neto
Lúcio Alcântara	Eduardo Siqueira Campos
Benício Sampaio	Luiz Otávio
Bloco Oposição (PT-PDT-PPS)	
Roberto Freire	Heloisa Helena
Sebastião Rocha	Geraldo Cândido
Tião Viana	Osmar Dias
PSB	
Ademir Andrade	vago
PTB	
Arlindo Porto	Carlos Patrocínio
PL	
José de Alencar	vago

Para Tebet, problema da criminalidade “é mais de ação que de legislação”

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou, logo após a instalação da nova sessão legislativa, que a comissão mista encarregada de analisar os projetos ligados à segurança pública iniciará seus trabalhos amanhã, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente e indicado o relator.

Em entrevista concedida em seu gabinete, junto ao presidente da Câmara, Aécio Neves, Tebet disse que os integrantes da comissão vão apenas apontar as prioridades de votação das matérias, uma vez que o tema já tem sido “amplamente debatido” pela sociedade. O senador ressaltou, porém, que as decisões legislativas não serão, por si sós,

capazes de garantir combate mais eficaz à criminalidade.

— O problema é mais de ação que de legislação. Mais do que elaborar leis, precisamos aparelhar a polícia e construir presídios adequados — afirmou Tebet, acrescentando que, na sua opinião, os três Poderes deveriam promover um mutirão em defesa da segurança.

O presidente da Câmara disse concordar com a posição de Tebet. “Não cabe aqui uma transferência de responsabilidades”, declarou Aécio Neves. “O Congresso Nacional define a sua pauta e não precisa de cobranças públicas desnecessárias”, alertou. O deputado anunciou ainda que nesta semana instalará

uma comissão permanente de segurança pública na Câmara.

PROJETOS

Após encerrar a primeira reunião da comissão mista encarregada de analisar as propostas sobre segurança, realizada em seu gabinete, Ramez Tebet garantiu que muitas matérias poderão ser votadas antes do prazo de 60 dias de que dispõe a comissão.

— É um erro dizer que vamos ter que esperar 60 dias para votar. As matérias serão votadas à medida que ficarem prontas para entrar na pauta — esclareceu.

O senador também rebateu a afirmação de que pouco poderia ser esperado do trabalho legislativo nes-

te ano, por conta das eleições, observando que se trata de uma concepção equivocada, “pois é quando se trabalha junto com o povo”, enfatizou.

O presidente do Senado insistiu na necessidade de que cada um dos Poderes cumpra seu papel em colaboração com os demais.

— Acredito na afinidade entre os três Poderes, porque o clamor da sociedade é muito grande. A sociedade está horrorizada com a violência e a impunidade. Por isso cada um tem que fazer seu papel: o do Congresso é fazer leis, o do Judiciário, julgar, o do Executivo, prender o bandido — afirmou.

Calheiros afirma que proibição de armas é prioridade

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse considerar o projeto de lei que proíbe a comercialização de armas e munições como a principal proposta a ser votada este ano no Congresso. O senador acrescentou que, em sua escala de prioridades, essa proposição deveria ser votada em primeiro lugar.

Para Calheiros, há outros projetos com prioridade maior do que a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja aprovação é considerada essencial pelo Poder Executivo. O parlamentar por Alagoas considera ser muito mais importante, para o país, a aprovação das reformas tributária, política e do Poder Judiciário, além da proibição da venda de armas.

Sem se posicionar sobre o mérito da questão, o líder afirmou que a aprovação da prorrogação da cobrança da CPMF, para seu partido, não é prioridade.

Já quanto ao projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — que possibilita que acordos entre patrões e empregados possam se sobrepor à legislação ordinária —, o senador posicionou-se contrariamente à medida. Para Calheiros, o projeto é inócua, pois muitas empresas já adotaram o contrato coletivo de trabalho, o que, na prática, flexibilizou a CLT. Além disso, qualificou a matéria de inoportuna, já que dificilmente uma proposta tão polêmica tem chances de ser aprovada em um ano eleitoral.



Na opinião de Renan Calheiros, restrição a armas de fogo deveria ser votada em primeiro lugar

Projeto amplia atendimento ao trabalhador acidentado

CAS analisará proposta que autoriza o recebimento de cuidados médicos, em locais onde o SUS não possua unidade, na rede privada de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se quarta-feira, às 9h, para analisar uma pauta de sete itens, entre os quais o parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) favorável ao projeto de iniciativa da Câmara que possibilita o atendimento na rede privada de saúde, em caso de acidente do trabalho, nas localidades onde o Sistema Único de Saúde (SUS) não contar com unidades próprias, contratadas ou conveniadas para emergência.

O projeto determina ainda que o trabalhador acidentado deverá dar continuidade ao tratamento na rede do SUS assim que as condições clínicas permitirem. O



Geraldo Althoff apresentou parecer favorável ao projeto de iniciativa da Câmara

pagamento dos serviços prestados pela rede privada, feito pelo trabalhador ou pela empresa, será ressarcido pelo SUS mediante comprovação de gastos. A comunicação do acidente do tra-

balho é indispensável para a instauração do processo de ressarcimento.

Também está na pauta da CAS o parecer do senador Ademir Andrade (PSB-PA) favorável à aprovação de projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que dá ao empregado doméstico o direito a férias anuais remuneradas de 30 dias com pelo menos um terço a mais que o salário normal.

Outra matéria que deverá ser apreciada pela comissão é o parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) favorável ao projeto da Câmara dos Deputados que cria o Conselho Federal e conselhos regionais dos Despachantes.

Plenário discute tombamento de bem cultural de ex-estatais

O Plenário do Senado discute amanhã, em turno único, projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que determina o tombamento do patrimônio cultural das empresas públicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. A proposta estabelece que os bens culturais pertencentes a empresas que serão privatizadas passem a integrar o acervo histórico e artístico da União.

Na mesma sessão, será discutido



Alcântara quer preservar o patrimônio cultural de empresas privatizadas

em turno único projeto da Câmara que denomina Aeroporto do Cacau Escrito Jorge Amado o aeroporto localizado em Ilhéus (BA).

Também proveniente da Câmara, será discutido quarta-feira projeto que estabelece financiamento, pelo Sistema

Financeiro de Crédito Rural, para reparo e reforma de equipamentos agrícolas. De acordo com o projeto, as operações de crédito poderão ser enquadradas como custeio ou investimento.

Entrada do Brasil na Alca pode ter plebiscito

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se amanhã, às 17h30, para discutir relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). A proposta estabelece a convocação de plebiscito sobre a suspensão das negociações, pelo prazo de 20 anos, para o ingresso do Brasil na Área

de Livre Comércio das Américas (Alca).

Saturnino propõe ainda discussões sobre questões da Alca e do Mercosul frente à crise da Argentina. A reunião será realizada na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.



Saturnino é autor do projeto que prevê a consulta

Comissão analisa antecipação do ingresso na escola

A Comissão de Educação realiza, amanhã, às 11h30, sua primeira reunião de 2002. A pauta tem 32 itens, entre eles a votação, em turno suplementar, de substitutivo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) a projeto de lei do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que permite o ingresso de alunos no ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade. O ingresso, hoje, ocorre a partir dos 7. A matéria tem caráter terminativo, ou seja, só será votada pelo Plenário se houver pedido de senadores.

Também em caráter terminativo, será examinado substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) favorável a projeto de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) propondo que metade da programação de rádios e TVs em horário nobre seja destinada à veiculação da cultura local e regional.

É terminativo também substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) favorável a projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) garantindo aos estagiários bolsa não inferior ao salário mínimo, férias de 30 dias, dispensa do estágio em períodos de provas e estágio com duração máxima de dois anos.

Temas importantes serão votados, dizem senadores

Ao sair da sessão solene de reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que, em 2002, o PT pretende fiscalizar, "com mais empenho ainda", os gastos dos três Poderes, para garantir que as instituições cumpram suas funções e impedir que esses recursos "fiquem a serviço de grupos ou objetivos eleitorais".

Segundo Viana, o tema da segurança pública dominará o semestre, já que "a população está traumatizada" com a onda de seqüestros e crimes violentos. "Vamos também continuar lutando pela votação da reforma tributária, mas não temos muitas ilusões sobre a possibilidade de sua aprovação."

O senador pelo Acre também citou como objetivo do PT a aprovação da reforma política, mesmo que parcial. Ele lembrou que o Senado já aprovou itens importantes como o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária e a cláusula de barreira. "É a Câmara dos Deputados que está mais atrasada nas votações", afirmou.

VIOLÊNCIA

Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), não é por falta de lei que o Brasil está perdendo a guerra contra a violência. "Talvez possamos impedir que a Justiça solte os criminosos tão rápido, revendo o processo de execução penal e de indulto, mas, na essência, o que falta é operacionalizar e executar correta e rapidamente a legislação que já existe", disse.

A Comissão de Combate à Violência, acrescentou, deve selecionar os projetos relacionados à segurança, que já passaram pelas comissões, e levá-los à votação em Plenário. Para Tuma, "é da essência do trabalho legislativo" a cautela e o exame rigoroso das proposições. "No susto não se aprova nada que preste."

REFORMA DO JUDICIÁRIO

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da reforma do Judiciário, garantiu ser possível sua aprovação, caso haja empenho de todos os parlamentares. A reforma já foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas deverá voltar àquela Casa porque sofreu modificações em sua tramitação no Senado.

Cabral observou que "todos criticam a morosidade do Judiciário, mas se esquecem que o Legislativo não lhe deu os instrumentos" para a agilização dos procedimentos. "Isso somente será possível com a aprovação da reforma", concluiu.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O Congresso poderá deliberar, pelo menos parcialmente, acerca das reformas política e tributária durante este ano, segundo informou o presidente do Senado, Ramez Tebet. Ele recordou que os projetos de financiamento público de campanhas eleitorais e de fortalecimento da fidelidade partidária, aprovados pelo Senado, já se encontram na

Câmara. E defendeu a votação de tópicos da reforma tributária que reduzam o atual peso dos impostos sobre a economia. Ele observou que "essa é uma reclamação generalizada da sociedade brasileira".

Tebet disse ainda que os parlamentares estarão prontos para apreciar projetos importantes para o país mesmo durante o período que coincidirá com a campanha eleitoral.

"As eleições são a pedra de toque da democracia e não atrapalham nada", afirmou.

Por sua vez, o presidente da Câmara, Aécio Neves, admitiu a possibilidade de se promover períodos de esforço

concentrado de agosto a outubro, quando os parlamentares estarão mais voltados para o processo eleitoral. "Rejeito a idéia de que o Congresso não trabalha em ano de eleições", disse Aécio.



Viana: segurança dominará as discussões



Tuma: há leis para combater a criminalidade



Cabral: empenho para reforma do Judiciário